

LEI Nº 1.273, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001.

Publicado no Diário Oficial nº 1113

Revogada pela Lei nº 1.634, de 13/12/2005.

Dispõe sobre o vencimento dos Membros do Tribunal de Contas.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O vencimento dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins é o constante do anexo único a esta Lei.

Art. 2º. Sobre o vencimento de que trata o *caput* do artigo anterior não incidirá qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de parcela pecuniária, à exceção de:

- I - adicionais por tempo de serviço, limitados a 35%;
- II - vantagens pessoais, limitadas a R\$ 1.650,000 mensais;

§ 1º. Os valores da remuneração, do provento e da pensão por morte, percebidos, cumulativamente ou não, pelos membros do Tribunal de Contas, não poderão exceder a R\$ 12.720,00.

§ 2º. As vantagens pessoais de que trata o inciso II deste artigo:

- I - poderão ser concedidas por ato do Presidente do Tribunal de Contas, atendidos o interesse público, a conveniência administrativa e a programação orçamentário-financeira do Estado;
- II - excluem-se do teto estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º. A contribuição previdenciária tem por base de cálculo todas as parcelas pecuniárias percebidas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2002.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 06 dias do mês de dezembro de 2001; 180º da Independência, 113º da República e 13º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO À LEI N° 1.273, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001.

CARGO	VENCIMENTO R\$
Conselheiro	9.927,50
Auditor	9.431,12
Auditor Adjunto	8.959,56
Procurador de Contas	9.927,50
Procurador de Contas Adjunto	9.431,12